

UMA ECONOMIA EM TRANSIÇÃO

ALOCAÇÃO DE RIQUEZA NA ANTIGA VILA DE SÃO SEBASTIÃO DO RIBEIRÃO PRETO, DÉCADA DE 1870

Luciana Suarez Lopes*

Resumo

Neste trabalho, estuda-se a alocação de riqueza na antiga vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, durante a década de 1870. A fonte documental utilizada são os inventários *post-mortem* da localidade. Nesse período, o pequeno núcleo urbano passou por uma série de transformações que foram essenciais na preparação do que se tornaria um dos principais núcleos produtores de café do interior paulista no último quartel do século XIX. Os diversos bens encontrados no *corpus documental* considerado foram agrupados em cinco categorias – bens imóveis, escravos, animais, bens móveis e dívidas ativas – e os valores, originalmente expressos em mil-réis, foram transformados em libras esterlinas. **Palavras-chave:** riqueza, cafeicultura, escravidão, posse de escravos.

Abstract

This paper analyses the capital accumulation and the decisions of wealth allocation in one of the most important cities on the northeast of São Paulo, Ribeirão Preto, between 1870 and 1879. The main primary source used in this article are the detailed list of property of the deceased (inventários *post-mortem*). In that period, the small village passed through many transformations which prepared it to become one of the most important coffee producers of São Paulo State in the later years of the XIX century. The various goods and properties found in the primary source were grouped in five categories: real state, slaves, animals, furniture and other assets – and the values, originally expressed in mil-réis were converted in pounds. **Key words:** wealth, coffee cultivation, slavery, slaveholding.

Área ANPEC: Área 2 – História Econômica

Classificação JEL: N36 - Economic History: Labor and Consumers, Demography, Education, Health, Income and Wealth: Latin America; Caribbean.

* Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

UMA ECONOMIA EM TRANSIÇÃO

Alocação de Riqueza na Antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870

Luciana Suarez Lopes*

Introdução

Os inventários *post-mortem* constituem fonte inestimável de informações sobre os bens e costumes das populações passadas. As informações contidas nos processos dão subsídios suficientes para o desenvolvimento de estudos nas áreas de Demografia, Economia, História e Sociologia. Quanto mais antigos, mais cheios de descrições e detalhes acerca dos bens possuídos, dos costumes e das condições de vida das famílias as quais dizem respeito, sendo possível reconstruir toda uma época passada.

À luz que se irradia dessas laudas amarelecidas pelos anos e rendadas pelas traças, vemos surgirem vagarosamente do fundo indeciso do passado e fixarem-se nas encostas vermelhas da colina fundamental, as casas primitivas de taipa de mão e de pilão. [...] É o sítio da roça, que aparece [...]; as palhoças de agregados e escravos; os algodoados pintalgados de branco; o verde anêmico dos canaviais, em contraste com o verde robusto e lustroso da mata convizinha [...] (ALCÂNTARA MACHADO, 1943, p. 23)

Em linhas gerais, as primeiras informações dos processos são os nomes do inventariado e do inventariante, a data e o local de abertura do processo. Em seguida, o inventariante informava quem eram os herdeiros e quais eram os bens pertencentes ao espólio. Para garantir a veracidade das informações prestadas e impedir que o inventariante deixasse de informar propositalmente algum bem, reservando este para si próprio, os demais herdeiros tinham que se mostrar de acordo com as informações prestadas e autorizar o prosseguimento do processo.

Eram, então, descritos todos os bens possuídos pelo indivíduo no momento de sua morte e os valores que este, porventura, tivesse a receber ou para pagar a terceiros. Estando todos os herdeiros de acordo com as informações prestadas pelo inventariante e com as avaliações, fazia-se o *Auto de Partilha*, ou seja, o auto de divisão dos bens.

Apesar de ricos em informações, os inventários *post-mortem* constituem uma fonte de dados limitada. Sua elaboração não era obrigatória, sendo abertos apenas quando os que faleciam deixavam bens suficientes e/ou herdeiros menores.²

* Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

² Na amostra considerada, notou-se que o conceito de bens suficientes foi um tanto quanto variável. Normalmente, a existência de bens imóveis era suficiente para a abertura dos autos, mas foram encontrados casos em que o patrimônio era formado, por exemplo, por apenas dois cavalos ou por somente bens móveis. Nessas situações, a partilha formal não era feita, para que as custas judiciais não comprometessem ainda mais a herança dos herdeiros. Além da falta de

No estudo ora desenvolvido, foram considerados todos os inventários para o período 1870-1879 encontrados no Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto e no Fórum de São Simão.³ Atualmente, os processos do Primeiro Ofício de Ribeirão Preto estão preservados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Já os processos do Segundo Ofício de Ribeirão Preto, do Primeiro e Segundo Ofícios de São Simão encontram-se em Jundiá.

No total, são 102 processos assim distribuídos: 6 para o ano de 1870, 7 para 1871, 9 para 1872, 7 para cada um dos anos de 1873 e 1874, 15 para cada um dos anos de 1875 e 1876, 9 para 1877, 25 para o ano de 1878 e 2 para o ano de 1879.⁴

Alocação da Riqueza em Ribeirão Preto, década de 1870.

A antiga vila de São Sebastião do Ribeirão Preto tem sua origem ligada à formação do patrimônio eclesiástico de São Sebastião em 1856. A vila de São Simão foi ponto de partida para o surgimento desse arraial, em especial uma de suas fazendas, a do Rio Pardo, com extensão de aproximadamente 13.262 alqueires, apossada por José Dias Campos ainda na primeira década do Oitocentos.⁵ Campos era português e chegou à região após passar um período em Minas Gerais, onde se casou e teve filhos.⁶ Ele e seus filhos apossaram-se das terras em questão no ano de 1811, ratificando a posse das mesmas em 1816 e denominando de Ribeirão Preto o principal curso d'água da fazenda.

A capela curada de São Sebastião do Ribeirão Preto se tornou freguesia em 1870 e, em 1871, pela lei nº. 67, a freguesia foi elevada à categoria de vila, com a denominação de “Villa da Capela de São Sebastião do Ribeirão Preto” (MIRANDA, 1971, p. 14), sendo oficialmente desmembrada de São Simão.

A Câmara Municipal foi criada em 1874 e as primeiras eleições ocorreram em 22 de fevereiro daquele ano. O início das atividades administrativas ocorreu em 13 de julho de 1874. A localidade contava então com quatro ruas, seis travessas e dois largos. (MIRANDA, 1971, p. 14)

Durante a década de 1870, a expansão da cultura cafeeira continuava em direção do novo oeste paulista e a importância da região de Ribeirão Preto começava a aumentar. Tem início, então, uma grande onda propagandista, em que as qualidades da terra e do clima da região são exaltadas no jornal “A Província de São Paulo”.

obrigatoriedade, outras características dessa fonte documental merecem ser ressaltadas. A morte é aleatória e alcança indivíduos em diferentes fases da vida. Distintos são os cabedais descritos e as situações em que são avaliados. No entanto, acredita-se que essas particularidades não diminuem em nada o potencial desses documentos como fonte de dados para o estudo ora desenvolvido.

³Considerou-se também alguns processos ribeirãopretanos que estavam arquivados em São Simão, já que oficialmente Ribeirão Preto era território pertencente à São Simão. O desmembramento oficial, aprovado em 1871, somente ocorreria em 1874, com as primeiras eleições e o estabelecimento da Câmara Municipal.

⁴ A lista completa desses processos pode ser observada no Anexo A.

⁵ Sobre a família Dias Campos e a fazenda Rio Pardo ver MARTINS (1998), BRIOSCHI (1999) e LAGES (1996), de onde foram extraídas as informações apresentadas.

⁶ Informações dadas a Martins por Wanderley dos Santos, Diretor do Arquivo Público Municipal de Franca, já falecido. (Cf. MARTINS, 1998, p. 271)

Mapa 1
Província de São Paulo



Fonte: Modificado a partir de: Milliet, 1838, p. 24.

A exportação cafeeira paulista cresceu 64,1% e a exportação de café pelo porto de Santos, passou de 1.355 mil para 4.619 mil arrobas, um crescimento de 240,9%. (TAUNAY, 1939, v. 6, p. 334 e 335) O café era responsável por grande parte dos valores exportados pela província e os outros produtos tinham importância secundária. Conforme os dados da Tabela 1, a exportação cafeeira, em quantidade, era 36 vezes maior do que a exportação de arroz, segundo artigo mais produzido na província, e seu valor era praticamente setenta vezes maior do que o do segundo principal produto de exportação, o algodão.

Apesar do crescente interesse despertado pela região, os cafeicultores interessados em se estabelecer enfrentavam algumas dificuldades. As mais sérias eram o preconceito dos moradores locais, a distância dos portos e a existência dos grandes latifúndios. Os fazendeiros que vinham de outras regiões para dedicar-se ao cultivo da rubiácea eram tidos como aventureiros, “bárbaros, que levam aquelas paragens a pobreza, e a ruína aos seus antigos habitantes”. A distância até o porto de Santos praticamente impedia a produção, “cujo transporte absorveria quase que o seu valor”. As melhores terras do município estavam em mãos de poucos, “impedindo que pessoas de fora aí fossem estabelecer-se, e que poderiam introduzir a nova cultura de todo oposta aos costumes dos seus habitantes”. (Trechos do artigo de Martinho Prado Júnior no Jornal “A Província de São Paulo. In COSTA, 1956, p. 115)

Tabela 1
Principais Artigos da Exportação
 (Província de São Paulo, 1878)

Produtos	Quantidade <i>(em arrobas)</i>	Valor <i>(em réis)</i>
Café	5.229.987	38.284.642\$000
Algodão	44.446	548.916\$000
Fumo	40.832	375.954\$000
Arroz	142.819	367.626\$000
Toucinho	49.885	313.809\$000
Animais	6.188	291.555\$000

Fonte: TAUNAY, 1939, v. 6, p. 334.

No entanto, alguns fazendeiros locais, na época da visita de Martinho Prado Júnior, já possuíam cafezais formados e produzindo. O café demonstrava adaptar-se bem ao clima local e a qualidade das plantações visitadas foi considerada excelente. Alguns cafezais chamaram sua atenção, dentre eles destacaram-se os de Luiz Herculano de Souza Junqueira, pertencente a uma tradicional família de criadores de gado. Segundo Martinho Prado, o cafezal de Luiz Herculano era

[...] o mais lindo possível, plantado de semente, e com 5 anos de idade. Apresenta hastes da grossura de cafezais de 7 anos em Campinas e outros locais. Os do sr. Manoel Octaviano Junqueira, são também lindos e iguais, sobressaindo entre eles pelo desenvolvimento extraordinário o do sr. José Bento Junqueira, tendo apenas um ano e cinco meses. Consta-me que são igualmente lindos os cafezais dos srs. dr. Rodrigo e Manoel Cunha.” (PRADO JUNIOR, 1877. In COSTA, 1956, p. 115)⁷

Um importante fator que permitiu a existência desses cafezais foi o ramal férreo da Cia. Paulista inaugurado em Pirassununga, que tornava aceitável o custo do transporte da produção em lombo de mula até a linha férrea. A decisão tomada pelos fazendeiros, de plantar café na região já na década de 1870, não era apenas reflexo da tradição pioneira paulista. A fundação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1872, a inauguração dos ramais da Companhia Paulista ligando Campinas às cidades de Pirassununga, em 1878, Porto Ferreira, em 1880, foram acontecimentos que deram segurança aos cafeicultores de que suas produções iam ser escoadas sem que o custo do transporte absorvesse toda a margem de lucro. (MATOS, 1974, p. 67 e 70) A fundação da Mogiana foi fator tão importante que, em 1873, já existiam em São Simão quinze cafeicultores. (LUNÉ & FONSECA, 1873, p. 502)

O poder público não criava impedimentos à entrada do café. Ao contrário, a Câmara procurava incentivar o crescimento das plantações e buscava maneiras de cobrar imposto sobre o café exportado no município. Os vereadores demonstravam até um certo exagero ao tratar do tema nas sessões da Câmara, entusiasmados com as possibilidades do novo cultivo e a renda gerada por ele em outras localidades. Uma das primeiras indicações da presença cafeeira foi encontrada na ata do dia 22 de dezembro de 1874, justamente deliberando sobre informações pedidas pelo governo da Província:

⁷ O integrantes da família Junqueira já eram moradores da região, assim como Manoel da Cunha. O sr. dr. Rodrigo é o irmão de Luiz Pereira Barreto.

[...] que se desse as informações que o Governo pede em circular de 22 de Outubro último, no sentido de demonstrar que este Município, é exclusivamente próprio para o plantio do café, e que apesar de já ter milhões de pés de café plantados teria um número muito mais superior se tivesse forças para cultivá-los e que, [...] a indústria não é ousada neste Município. Que existe alguns criadores de gado, porém que esses estão passando para o plantio do café [...] (Ata da Câmara Municipal. Apud SANTOS, 1948, p. 84)

A ata da Câmara informava que no município já existiam “milhões de pés de café plantados”. A exaltação do potencial cafeeiro do município poderia ser estratégia dos vereadores, que não raras vezes eram também produtores. No entanto, mesmo descontando uma possível superestimção do cafeeiro local, pode-se supor, com base nas informações da municipalidade, que a presença do café na localidade era mais acentuada do que explicitada pelos inventários.

No entanto, ainda que a maior parte de seus habitantes não estivesse envolvida com o cultivo da rubiácea, as informações dos inventários da década considerada deixam clara a importância das atividades rurais no cotidiano de Ribeirão Preto. A maioria dos inventariados considerados tinha como ocupação ou atividade característica do inventário a agricultura e/ou a criação de animais. Esses lavradores, conforme dados da Tabela 2, respondiam por quatro quintos da riqueza e por 93,4% dos cativos encontrados.

Além das atividades rurais, os inventários mostraram outras de caráter mais urbano. Nota-se na recém criada povoação o desenvolvimento de um núcleo urbano mais definido e com ele a necessidade do comércio. Criado em 1856 com a formação do patrimônio de São Sebastião, o núcleo colonial foi elevado à categoria de freguesia em 1870 e à de vila em 1871. Em 1874, ano das primeiras eleições e do desmembramento efetivo da vila de São Simão, a população da vila já era de 5.552 pessoas.

Tabela 2
Atividade do Inventário Consoante Sexo do Inventariado
(Ribeirão Preto, 1870-1879)

Atividade	Homens			Mulheres			Todos		
	I	R	E	I	R	E	I	R	E
Lavoura e criação	48	57,7	65,5	35,3	23	27,9	83,3	80,6	93,4
Negócio	4,9	2	-	1	4,8	0,3	5,9	6,8	0,3
Negócio, lavoura e criação	2	4,6	0,3	1	1	1,1	2,9	5,6	1,4
Ofício	-	-	-	1	0,2	-	1	0,2	0
Ofício e lavoura	1	0,9	1,7	-	-	-	1	0,9	1,7
Vivia de rendas	1	4,5	-	-	-	-	1	4,5	0
Não identificada	2	0,1	-	2,9	1,3	3,2	4,9	1,4	3,2
Total	58,8	69,8	67,5	41,2	30,2	32,5	100	100	100

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

I - Porcentagem do número de inventários

R - Porcentagem da riqueza

E - Porcentagem de escravos

Alguns dos negociantes encontrados comercializavam produtos diversos, tais como secos, molhados e utilidades domésticas. Outros possuíam estabelecimentos mais especializados, comercializando apenas bebidas ou madeiras. Havia também alguns profissionais das artes e ofícios, um alfaiate e um carpinteiro, além de um boticário. Em alguns casos, esses comerciantes eram lavradores que buscavam diversificar suas atividades, mantendo sua ligação com o campo por

meio da posse de terras e da criação de animais. O número desses outros profissionais era pouco representativo dentro da amostra, assim como sua riqueza e seus cativos. Vale lembrar que nos casos em que o inventário era de uma mulher casada, procuramos seu marido nas listas de qualificação de votantes e consideramos a atividade deste como sendo a do inventário.⁸

Um desses negociantes ligados ao campo era Antonio Maciel de Pontes. Quando faleceu, Antonio tinha aproximadamente sessenta anos e era casado com Sabina Alexandrina de Oliveira, inventariante no processo.⁹ Deixou dez filhos com idades variadas, tendo o mais novo doze anos. Não foi possível identificar a que tipo de comércio dedicava-se Antonio, pois em seu inventário as únicas indicações dessa atividade eram uma casa na rua do Comércio e diversas dívidas ativas.

A confirmação de que Antonio era comerciante foi encontrada na lista de qualificação de votantes de abril de 1876, na qual ele aparece vivendo do Quarteirão da Vila com a classificação de negociante. Nas listas anteriores, ele apareceu como lavrador, vivendo no Quarteirão do Sertãozinho em 1873, e no Quarteirão da Vila em 1875.¹⁰ O pai de Antonio foi um dos posseiros da grande fazenda do Sertãozinho do Mato Dentro, ocupada ainda na década de 1820. (MARTINS, 1998, p. 368)

Poucos bens móveis foram arrolados, apenas uma mesa, três catres e dois tachos de cobre, mostrando a simplicidade em que vivia a família, apesar de Antonio estar entre os oito inventariados mais ricos do período. Além de negociante, ele era também criador de gado. Seu rebanho era composto por cinquenta e cinco bovinos, e quatro bestas de carga. Apesar de ter um tamanho considerável, sua criação não representava uma porcentagem alta do monte mor, dado o valor alcançado pelas terras que o inventariado possuía. Os imóveis rurais representavam 80,0% da riqueza de Pontes, terras estas provenientes de áreas apossadas por ele e por seu pai.

O avanço do café pode ser percebido quando se observa que no período anterior à década de 1870 o único indício da presença cafeeira nos inventários foi a avaliação de uma única plantação em 1868. Na década de 1870, conforme dados da Tabela 3, já existiam quatro cafezais, oito mil pés de café novos, 439 pés de café formados e quarenta mil pés sem idade especificada, sendo trinta mil destes sem avaliação.¹¹

Contudo, a expansão das plantações de café não foi suficiente para modificar a estrutura das fazendas de criação existente. Antes da década de 1870, o rebanho bovino médio encontrado nas fazendas ribeirôpretanas era alto, maior até que o rebanho médio na região de Franca. (LOPES, 2005, p. 64) O gado bovino estava presente em 76,5% dos inventários, sendo treze criadores ao todo. Na década de 1870, foram encontrados bovinos em 64 dos 102 inventários, ou 62,7%.

⁸ As Listas de Qualificação de Votantes foram importante subsídio no momento de se atribuir alguma atividade ao inventariado, já que traziam essa informação quando um indivíduo era considerado apto a votar. No entanto, as listas, assim como os inventários, não arrolam toda a população, considerando apenas os moradores do sexo masculino, livres e com renda considerada suficiente para votar.

⁹ AESP. Lista de qualificação de votantes de Ribeirão Preto, 1873.

¹⁰ Deve-se ressaltar que, ao consultar as listas e comparar as informações destas com as dos inventários, foi possível verificar que a denominação “lavrador” era utilizada tanto para agricultores quanto para criadores.

¹¹ Localizamos o cafezal de trinta mil pés na descrição da fazenda Santa Maria, pertencente ao inventário de Gabriel de Souza Diniz Junqueira (1875). O cafezal não foi avaliado separadamente, mas a fazenda onde estava localizado foi vendida antes do final do inventário por Rs 142:000\$000. Inventário de Gabriel de Souza Diniz Junqueira (1875). AFRP, Segundo Ofício, caixa 197a.

Calculando a posse média, nota-se, inclusive, o incremento do rebanho médio.¹² As médias que mais cresceram foram as de bois e bezerros, como pode ser observado na Tabela 4.

Ao lado da pecuária e do café, foram encontrados também outros produtos nas fazendas da região. Era difícil encontrar indicação da existência dessas culturas nos inventários, pois os gêneros alimentícios não são uma cultura perene, como o café. Para uma cultura ser avaliada era necessário que o falecimento do indivíduo ocorresse após a semeadura e antes da colheita ou consumo dos bens. Se o indivíduo falecesse após a colheita e o consumo dos gêneros, nem a lavoura e nem os gêneros produzidos eram indicados no processo. Há informações sobre o tipo de produto ou cultura para 40,2% dos inventários dedicados à lavoura e/ou à criação. Com esses dados, elaborou-se a Tabela 5, na qual pode-se identificar os produtos ou gêneros encontrados em na amostra, se ele era o único produto do inventário ou se estava associado com outros.

Tabela 3
A Presença Cafeeira
(Ribeirão Preto, 1870-1879)

Descrição do cafeeiro	Número	Valor total	Valor médio
		(em réis)	(em réis)
Cafezal	4	1:120\$000	280\$000
Pés de café de três anos	8.000	2:400\$000	\$300
Pés de café formados	439	214\$090	\$488
Pés de café sem idade	10.000	10:000\$000	1\$000
Pés de café sem avaliação	30.000	-	-

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Tabela 4
Tamanho do Rebanho
(Ribeirão Preto, 1849-1879)

Tipo de bovino	1849-1869		1870-1879	
	Quantidade	Média por proprietário	Quantidade	Média por proprietário
Boi	12	1,2	286	4,5
Touro	0	0,0	7	0,1
Boi de carro	40	4,0	284	4,4
Vaca	177	17,7	814	12,7
Bezerro, garrotes e novilhos	121	12,1	1.041	16,3
Total	350	35,0	2.432	38,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

¹² Os rebanhos médios foram calculados excluindo-se aqueles pertencentes à família Junqueira, que desequilibravam significativamente a amostra, viesando os resultados alcançados.

A cultura mais comum era o milho, que apareceu em dez inventários. Em seguida aparece a cana-de-açúcar, existente em seis processos. Com relação à criação de animais, os suínos eram os mais freqüentes, seguidos pelos bovinos e pelos ovinos. Os produtos mais comumente relacionados eram os suínos e o milho.

Para melhor caracterizar os inventariados considerados, foram elaboradas as Tabelas 6 e 7, com informações sobre sexo, estado conjugal e a condição de proprietário ou não-proprietário de cativos. A Tabela seguinte, 8, mostra a distribuição dos inventários de acordo com as faixas de tamanho de tamanho do monte mor. Observa-se que os inventariados do sexo masculino eram maioria, respondendo por 58,8% da amostra. Em mais de quatro quintos dos casos os inventariados eram casados, sendo a porcentagem destes um pouco maior entre as mulheres. Os solteiros eram pouco significativos, apenas 2,0% do total e os viúvos representavam pouco mais de um décimo dos indivíduos considerados.

Tabela 5
Produtos da Lavoura ou Tipo de Criação
(Ribeirão Preto, 1870-1879)

	Produtos	Como Único Produto	Associado a Outros	Total de Inventários em que Aparece
Lavoura	Algodão	-	1	1
	Arroz	-	2	2
	Café	1	4	5
	Cana-de-açúcar	3	3	6
	Milho	-	10	10
Criação	Bovinos	7	13	20
	Caprinos	-	1	1
	Eqüinos	-	5	5
	Muare	-	4	4
	Ovinos	3	10	13
	Suínos	1	20	21
Outros	Derivados do leite	-	1	1
	Roça não especificada	2	-	2

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Tabela 6
Estado Conjugal e Sexo dos Inventariados
(Ribeirão Preto, 1870-1879)

Estado Conjugal	Homens		Mulheres		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Solteiro	1	1,0	1	1,0	2	2,0
Casado	49	48,0	35	34,3	84	82,4
Viúvo	8	7,8	6	5,9	14	13,7
Sem informação	2	2,0	-	-	2	2,0
Total	60	58,8	42	41,2	102	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

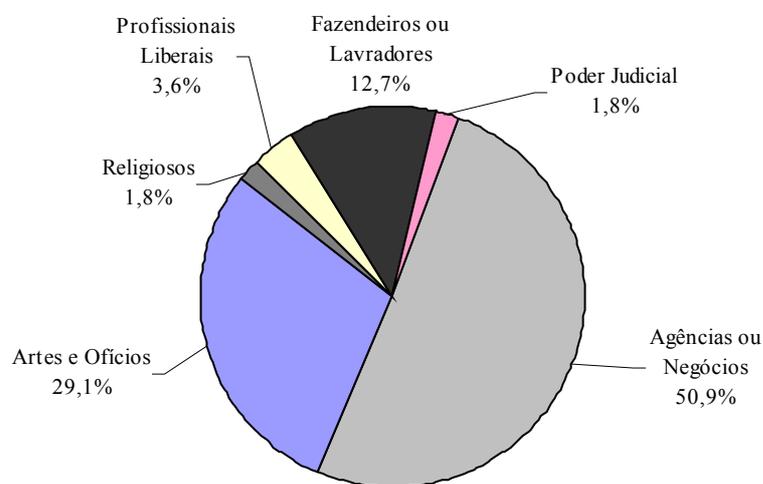
Tabela 7
Propriedade Cativa e Sexo do Inventariado
(Ribeirão Preto, 1870-1879)

Sexo	Homens		Mulheres		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Proprietários	25	48,1	27	51,9	52	100,0
Não proprietários	35	70,0	15	30,0	50	100,0
Total	60	58,8	42	41,2	102	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Segundo as informações da Lista de Qualificação de Votantes de 1873, viviam no Quarteirão da Vila cinquenta e cinco eleitores, exercendo as mais diversas atividades, desde aquelas ligadas ao meio rural até as de caráter mais urbano. Como pode ser visto no Gráfico 1, as ocupações mais comuns eram o comércio e as artes e ofícios. Do total de eleitores, 50,9% dedicavam-se ao comércio em geral, declarados como negociantes ou, simplesmente, *agências*. Aqueles que se dedicavam às artes e ofícios somaram 29,1% da amostra, sendo encontrados, entre estes, um alfaiate, um seleiro, dois sapateiros, quatro ferreiros e oito carpinteiros.

Gráfico 1
Atividades dos Votantes
(Ribeirão Preto, 1873)



Fonte: Lista de Qualificação de Votantes de Ribeirão Preto, 1873.

Um desses negociantes era Manoel Soares de Castilho, cuja esposa, Antonia Maria de Nazareth faleceu e foi inventariada em Ribeirão Preto no ano de 1873. Manoel possuía, em sociedade com seu filho, Antonio Sotério Soares de Castilho, uma casa comercial que vendia

tecidos, roupas, armarinhos, calçados, utensílios domésticos.¹³ Além disso, Soares de Castilho possuía também uma botica, com oitenta medicamentos homeopáticos. O único cativo possuído era a crioula Joaquina, com vinte anos de idade. Os bens imóveis urbanos descritos no inventário eram quatro casas na vila, duas na rua do Comércio, uma na rua Boa Esperança e uma na rua do Peixe, ainda por acabar. Na área rural, o espólio possuía várias partes de terra nas fazendas do Ribeirão Preto, Figueira, Barra da Figueira, Esgoto, Sertãozinho, Posses do Sertãozinho, Serrinha, Palmeiras e Retiro. Como comerciante, Manoel costumava vender a crédito, registrando, seus livros, mais de 290 devedores. O valor dessas dívidas, Rs 25:961\$882, era pouco menor do que o valor total dos imóveis avaliados, Rs 29:133\$500.

Mais da metade dos 102 inventariados era proprietária de cativos. Foram localizados 348 escravos, divididos em 52 plantéis, gerando uma posse média igual a 6,7. Mais da metade desses cativos estava em idade produtiva, considerada como sendo a dos quinze até os 49 anos, aproximadamente um terço deles tinha até quatorze anos e apenas 5,0% tinham cinquenta ou mais anos. Esses cativos estavam, em sua maioria, em pequenos plantéis, de dois a quatro cativos, como pode ser observado na Tabela 8.

Tabela 8
Estrutura da Posse de Cativos
(Ribeirão Preto, década de 1870)

FTP ^(a)	Senhores			Escravos		
	Número	%	% Acumulada	Número	%	% Acumulada
1	12	23,1	23,1	12	3,4	3,4
2-4	22	42,3	65,4	59	17,0	20,4
5-9	10	19,2	84,6	66	19,0	39,4
10-29	5	9,6	94,2	76	21,8	61,2
30-49	2	3,8	98,1	68	19,5	80,7
50 e +	1	1,9	100,0	67	19,3	100,0
Total	52	100,0	-	348	100,0	-

Fonte: Inventários dos Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

(a) Faixa de Tamanho de Plantel

Apesar da supremacia numérica dos pequenos plantéis, mais da metade dos cativos (59,1%) estava concentrada em escravarias com mais de dez elementos, sendo que a maior dessas concentrava, sozinha, 18,8% dos cativos. A concentração da posse é confirmada pelo índice de Gini, calculado em 0,610. Considerando esse indicador para proprietários do sexo masculino e feminino separadamente, encontra-se Gini de 0,662 para os homens e 0,432 para as mulheres.

¹³ A mulher de Manoel, Antonia Maria de Nazareth, estava em seu segundo casamento. Seu primeiro marido havia sido Ignacio Alves de Oliveira, com quem teve três filhos: Candido Alves de Oliveira, José Alves de Oliveira e Felisbina Maria de Nazareth. Com o segundo marido, Manoel Soares de Castilho, teve mais dois filhos: Antonio Sotério Soares de Castilho e Guirino Sotério Soares de Castilho. A sociedade comercial entre Manoel e Antonio Sotério gerou brigas e desentendimentos, pois os filhos do primeiro casamento de Antonia alegavam ter sido a sociedade registrada após a morte de sua mãe, e sendo assim, as dívidas passivas da dita sociedade não deveriam ser abatidas do monte. No final do inventário, as dívidas passivas foram deduzidas da meação de Manoel e da legítima de Antonio Sotério. Aparentemente, os laços familiares que uniam os cinco herdeiros foram desfeitos após a morte de Antonia, pois no inventário de Candido aparecem como herdeiros apenas os irmãos José Alves e Felisbina. (Inventários de Antonia Maria de Nazareth e de Candido Alves de Oliveira. Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto, Segundo Ofício, caixas 3b e 9)

As atividades mais comuns, lavoura e/ou criação, eram atividades desempenhadas por proprietários de diversos tamanhos de escravaria, desde os plantéis unitários até os grandes, com mais de cinquenta cativos. Percebe-se que, nesse momento, que o tipo de ocupação não condicionava o tamanho da escravaria, ainda que essa ocupação estivesse normalmente relacionada à posse de grandes plantéis, como a produção de gêneros para exportação nos moldes da tradicional “grande lavoura”. No entanto, a localidade ribeirãopretana passava por um momento de transição. A agricultura de subsistência e a criação de gado, atividades que sustentavam o núcleo populacional até então, estavam começando a perder espaço para a cafeicultura. Isso não significa que essas atividades estavam desaparecendo, já que tanto o cultivo de gêneros quanto a criação de animais eram essenciais para o sucesso da empresa cafeeira.

Ainda que a presença do café na localidade ribeirãopretana durante a década de 1870 possa ser considerada discreta, o índice de Gini referente à concentração da propriedade cativa nesse período é semelhante ao encontrado por Renato Leite Marcondes para algumas localidades valeparaibanas, onde o café alcançava o auge de sua produção. Para os anos de 1872 e 1874, o índice de Gini foi calculado em 0,612 para Cruzeiro e Lorena, em 0,570 para São José dos Campos e em 0,637 para Taubaté. (Cf. MARCONDES, 2001)

Não era só a propriedade cativa que se mostrava com um certo grau de concentração. É possível observar também uma certa desigualdade na distribuição da riqueza, como pode ser observado na Tabela 9. Os mais pobres, cujo monte mor estava abaixo das quinhentas libras, representam 61,8% dos inventariados e respondem por apenas 10,2% da riqueza. Em contrapartida, os 6,9% mais ricos, montes mores acima das cinco mil libras, são responsáveis por 56,0% da riqueza do período. Corroborando esta análise tem-se o índice de Gini, calculado em 0,733.

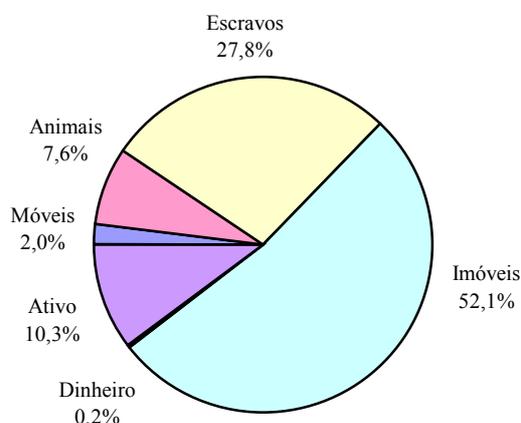
Observando a composição desses patrimônios, conforme apresentado no Gráfico 2, nota-se que a maior parte dos recursos estava alocada em escravos e imóveis, representando esses investimentos 79,9% dos patrimônios. Isoladamente, os imóveis respondiam por 52,1% e os cativos por 27,8%. Em seguida, vinham os animais, com 7,6% e as dívidas ativas, com 10,3%. Menos representativos eram os bens móveis e o dinheiro, respectivamente 2,0% e 0,2% do patrimônio.

Tabela 9
Distribuição do Monte Mor Total Entre os Inventariados De acordo com
as Diferentes Faixas de Tamanho de Monte Mor
 (Ribeirão Preto, 1870-1879)

Tamanho do Monte Mor	Número de Inventários	Porcentagem (Inventários)	Soma dos Montes	Porcentagem (Montes)	Média por Inventário
Menos de 500 libras	63	61,8	12.498,06	10,2	198,38
Entre 500 e 999 libras	14	13,7	9.126,54	7,5	651,90
Entre 1000 e 1999 libras	13	12,7	17.861,22	14,6	1.373,94
Entre 2000 e 2999 libras	4	3,9	10.421,25	8,5	2.605,31
Entre 3000 e 4999 libras	1	1,0	3.821,83	3,1	3.821,83
Acima de 5000 libras	7	6,9	68.283,31	56,0	9.754,76
Total	102	100,0	122.012,21	100,0	1.196,20

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Gráfico 2
Composição da Riqueza
(Ribeirão Preto, 1870-1879)



Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Analisando a composição do monte mor em diferentes faixas de tamanho do monte mor, observa-se que não há muita diferença entre os dados apresentados pela Tabela 10. As alterações mais substanciais estão na dívida ativa e no passivo, cujas porcentagens em algumas faixas excedem a média em até 8,4 pontos percentuais. Essas variações são decorrentes da existência de alguns comerciantes, como João Bento Ferreira Lopes, que chegavam a possuir 59,9% de seu monte mor em forma de dívida ativa, ou contas a receber. O mesmo ocorria com relação ao passivo. Foram encontrados comerciantes cujo passivo comprometia 95,8% de seus bens, caso de Joaquim Carneiro da Silva Braga.¹⁴

Tabela 10
Composição da Riqueza de acordo com as Faixas de Tamanho do Monte Mor
(Ribeirão Preto, 1870-1879)

Tamanho do Monte Mor	Móveis	Animais	Escravos	Imóveis	Dinheiro	Ativo	Passivo	Mor
Menos de 500 libras	6,4	13,4	28,0	44,4	1,3	6,5	15,3	100,0
Entre 500 e 999 libras	3,4	5,7	29,3	53,6	0,0	7,9	20,8	100,0
Entre 1000 e 1999 libras	2,4	6,6	24,5	50,6	0,5	15,4	15,9	100,0
Entre 2000 e 2999 libras	1,6	2,6	35,9	51,1	0,0	8,8	19,9	100,0
Entre 3000 e 4999 libras	0,5	4,3	0,0	80,0	0,0	15,1	1,6	100,0
Acima de 5000 libras	1,0	8,0	28,7	52,3	0,0	9,9	9,3	100,0
Total	2,0	7,6	27,8	52,1	0,2	10,3	12,4	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

¹⁴ Inventário de João Bento Ferreira Lopes (1877). AFRP, Segundo Ofício, caixa 3a. Inventário de Joaquim Carneiro da Silva Braga (1878). AFRP, Primeiro Ofício, caixa 3.

Os bens mais representativos nessa estrutura eram os imóveis, em especial as terras. Foram avaliados nos inventários mais de dois mil alqueires de terra, com valores e localizações variadas. As propriedades não estavam somente na região de Ribeirão Preto, mas também na vila de São Simão e na província de Minas Gerais. De acordo com a Tabela 11, o preço médio dos alqueires foi calculado em Rs 16\$288.

A maior parte das terras arroladas estava localizada nas fazendas do Sertãozinho, da Figueira, da Serrinha, do Retiro e das Posses, que juntas representavam 89,5% dos alqueires encontrados. Com exceção dos alqueires cuja localização não foi informada, as terras mais valorizadas foram as da fazenda dos Laurianos, avaliadas por Rs 37\$289 o alqueire. Normalmente, as terras eram descritas de acordo com sua qualidade ou utilização. Por exemplo, quando as terras eram próprias para o cultivo de gêneros eram descritas como “terras de cultura”; quando eram terras de qualidade superior apareciam como “terras de cultura de primeira sorte”; quando eram terras para criação, apareciam como “terras de campos e matos”.

Tabela 11
Localização das Terras Avaliadas nos Inventários
(Ribeirão Preto, 1870-1879)

Localização	Alqueires	Valor	Média por alqueire
Fazenda do Sertãozinho (RP)	812	13:117\$000	16\$154
Fazenda da Figueira (RP)	681,5	8:580\$000	12\$590
Fazenda da Serrinha (RP)	448,8	8:855\$755	19\$734
Fazenda do Retiro (RP)	291,6	4:769\$860	16\$358
Fazenda das Posses (RP)	240,9	2:418\$000	10\$037
Fazenda dos Laurianos (RP)	87,5	3:262\$762	37\$289
Área rural de Ribeirão Preto	52	1:012\$000	19\$462
Fazenda do Tamanduá Grande (SS)	30	650\$000	21\$667
Fazenda do Ribeirão Preto (RP)	28	400\$000	14\$286
Fazenda do Lageado (RP e SS)	24	234\$000	9\$750
Fazenda dos Cocaes (MG)	22	600\$000	27\$273
Localização não informada	13,6	560\$000	41\$176
Fazenda do Esgoto (RP)	12	192\$000	16\$000
Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo (RP)	11	165\$000	15\$000
Fazenda Boa Vista (RP)	6	150\$000	25\$000
Fazenda da Serra (SS)	2	30\$000	15\$000
Fazenda do Ribeirão Preto Acima (RP)	1	20\$000	20\$000
Totais	2.763,90	45:016\$377	16\$288

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

(RP) - Ribeirão Preto

(SS) - São Simão

(MG) - Minas Gerais

Analisando a composição do patrimônio dos proprietários e dos não-proprietários de cativos observa-se que a composição do patrimônio dos proprietários de escravos era semelhante à do conjunto dos processos, como mostra a Tabela 12. Porém, nota-se que quanto mais pobre era o inventariado, maior era o peso dos escravos na composição de seu patrimônio. Para os inventariados com monte abaixo das quinhentas libras, essa porcentagem era de 53,5%. Para as outras faixas de tamanho do monte mor, esse valor vai de 31,3% até 38,8%. A porcentagem de

imóveis entre os bens dos escravistas foi calculada entre 30,3% e 51,1% do valor dos montes e, quanto maior o valor do monte mor, mais alta a sua participação, em especial nos inventários cujo monte era maior que duas mil libras.

Verificou-se que os inventariados que dedicavam-se ao cultivo do café possuíam uma porcentagem alta de sua riqueza em imóveis, pois tanto os cafezais quanto as instalações necessárias à cafeicultura eram muito valorizados. Por exemplo, o valor de um pé de café novo, que ainda não estava produzindo, era de 300 réis e o valor de um pé produzindo chegava a Rs 1\$000.

Tabela 12
Composição da Riqueza dos Escravistas de Acordo com as Faixas de Tamanho do Monte Mor
(Ribeirão Preto, 1870-1879)

Tamanho do Monte Mor	Móveis	Animais	Escravos	Imóveis	Dinheiro	Ativo	Passivo	Mor
Menos de 500 libras	4,9	7,1	53,5	30,3	1,6	2,6	14,5	100,0
Entre 500 e 999 libras	3,2	5,7	38,8	47,9	0,0	4,4	10,0	100,0
Entre 1000 e 1999 libras	2,9	7,2	32,9	43,6	0,2	13,1	17,7	100,0
Entre 2000 e 2999 libras	1,6	2,6	35,9	51,1	0,0	8,8	19,9	100,0
Entre 3000 e 4999 libras	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de 5000 libras	1,0	8,7	31,3	48,1	0,0	10,8	9,2	100,0
Total	1,7	7,6	34,0	46,7	0,1	9,9	11,9	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

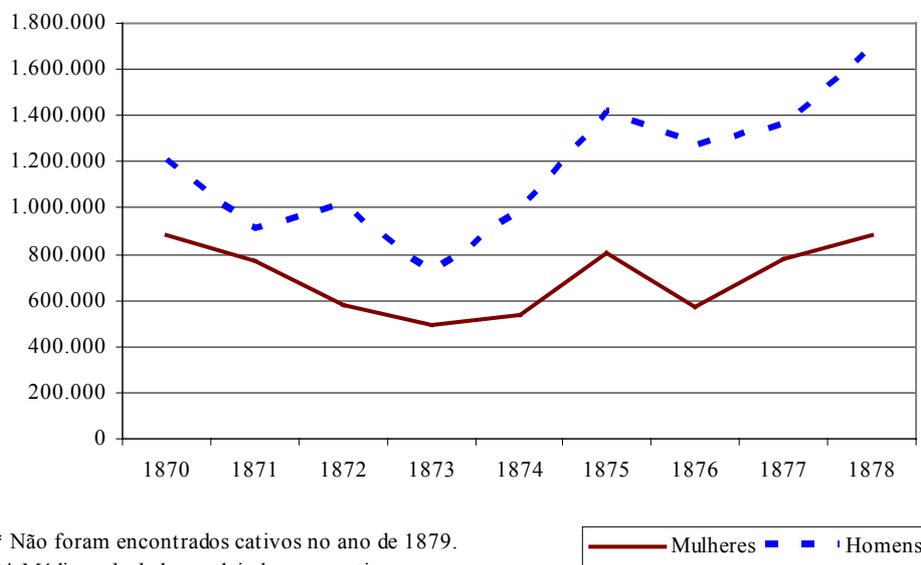
Como exemplo há o caso de Anna Gabriela Nogueira, falecida em 1878. Anna e seu marido Gabriel possuíam terras nas imediações de São Simão e na região Ribeirão Preto, nas quais plantavam café e criavam um pequeno número de animais, provavelmente para uso nos trabalhos da lavoura. Seu rebanho era composto por um garrote, onze bois de carro, cinco cavalos e três muaras. Entre os poucos bens móveis descritos havia um carro de bois e algumas jóias de ouro e prata. O plantel de cativos era de tamanho médio, com dez elementos, sendo sete do sexo masculino e três do feminino. Os imóveis avaliados consistiam em quatro partes de terras nas fazendas Dois Irmãos, Tamanduá, Cascavel e Sertãozinho, as duas últimas em Ribeirão Preto, além de benfeitorias e pés de café. O monte mor alcançou £ 2.911,97. O cafezal e os pés de café foram avaliados em £ 1.200,30 e representavam 54,5% do valor total dos imóveis do inventário.¹⁵

O expressivo valor dos cativos acabava por comprometer grande parte dos investimentos dos proprietários menos abastados. Dentre os vinte e um inventariados proprietários de cativos com mais pobres, foram encontrados onze cujos cativos representavam mais da metade do monte mor e, entre estes, havia quatro casos em que esse valor estava acima dos quatro quintos. Como foi visto anteriormente, o valor do cativo em alguns casos ultrapassava o valor das terras do inventário, que por sua vez não costumavam ser de boa qualidade e em consequência alcançavam avaliações muito baixas. Essa disparidade foi acentuada pela alta no preço dos cativos verificada em Ribeirão Preto a partir de 1873, como mostra o Gráfico 3.¹⁶

¹⁵ Inventário de Anna Gabriela Nogueira (1878). ASS, Segundo Ofício, caixa 4.

¹⁶ Para a elaboração do gráfico, foram utilizados os valores nominais de todos os cativos, independente de sua idade. Após a elaboração do gráfico com valores nominais, elaborou-se um outro considerando os valores em libras esterlinas. Foi constatado que não havia diferenças substanciais entre eles. Sendo assim, optou-se pela apresentação dos valores nominais, pois estes são mais comumente encontrados na historiografia.

Gráfico 3
Evolução no Preço dos Cativos
 (Ribeirão Preto, 1870-1878)



Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Os cativos do sexo masculino alcançaram preços significativamente maiores do que as cativas. Esse resultado não é incomum na historiografia e foi encontrado para diversas localidades paulistas no mesmo período.¹⁷ Entre os anos de 1870 e 1873, o valor da mulher cativa em Ribeirão Preto foi, em média, 32,2% menor do que o preço do homem cativo. Para o período 1874-1879 essa diferença foi ainda maior, 45,0%. Com mais da metade do monte mor absorvida pelo investimento em cativos, os mais pobres acabavam possuindo um valor menor em imóveis.

A alocação dos não proprietários se mostra um pouco distinta. Estes, liberados do investimento em mão-de-obra, acabavam concentrando seus recursos em imóveis e quanto maior o valor do monte mor mais alta era a porcentagem desse ativo na composição da riqueza. Conforme os dados da Tabela 12, os inventariados da primeira faixa de tamanho do monte mor possuíam, em média, 59,9% em imóveis.

¹⁷ José Flávio Motta e Renato Leite Marcondes encontraram em Guaratinguetá e Silveiras, no período 1870-1874, escravos 35,6% mais caros do que as escravas e, no período 1874-1879, essa diferença chegou a 37,7%. (MOTTA & MARCONDES, 2000, p. 278) Resultado similar foi alcançado por Slenes em Campinas, onde, entre 1870-1874, o preço dos homens cativos foi, em média, 26,4% maior do que o das mulheres, e no período 1875-1879 essa diferença foi de, 35,1%. (SLENES, 1976, p. 267. Apud EISENBERG, 1987, p. 200) Variação semelhante foi encontrada também por OLIVEIRA em Franca. Entre 1875 e 1879, o preço dos homens foi mais elevado do que o das mulheres nos inventários por ele consultados. (OLIVEIRA, 1997, p. 94) Conclusões semelhantes foram alcançadas também por Peter Eisenberg em Campinas, onde, no período 1875-1879, o preço médio dos homens foi 25,5% maior do que o das mulheres. (EISENBERG, 1987, p. 200)

Tabela 12
Composição da Riqueza dos Escravistas de Acordo com as Faixas de Tamanho do Monte Mor
(Ribeirão Preto, 1870-1879)

Tamanho do Monte Mor	Móveis	Animais	Escravos	Imóveis	Dinheiro	Ativo	Passivo	Mor
Menos de 500 libras	4,9	7,1	53,5	30,3	1,6	2,6	14,5	100,0
Entre 500 e 999 libras	3,2	5,7	38,8	47,9	0,0	4,4	10,0	100,0
Entre 1000 e 1999 libras	2,9	7,2	32,9	43,6	0,2	13,1	17,7	100,0
Entre 2000 e 2999 libras	1,6	2,6	35,9	51,1	0,0	8,8	19,9	100,0
Entre 3000 e 4999 libras	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de 5000 libras	1,0	8,7	31,3	48,1	0,0	10,8	9,2	100,0
Total	1,7	7,6	34,0	46,7	0,1	9,9	11,9	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Entre esses inventariados, o tamanho médio das propriedades foi de 38,4 alqueires, com valor médio de Rs 13\$872 o alqueire. Os inventariados com monte mor acima das quinhentas libras possuíam em média 104,4 alqueires, com valor médio calculado em Rs 14\$754 cada.¹⁸ Entre estes, destacam-se os casos de João Bento Ferreira Lopes, que possuía 153,75 alqueires da fazenda da Serrinha, e Maria Cândida de Jesus, que possuía 137,5 alqueires nas fazendas das Posses e Sertãozinho, todas em Ribeirão Preto.¹⁹

Considerações Finais

O principal objetivo desse estudo foi mostrar como era a distribuição e a alocação de riqueza na sociedade ribeirãopretana num período de transição entre uma economia baseada na criação de gado e na agricultura de subsistência e o cultivo do café, produto de exportação que iria absorver a maior parte dos recursos da região por pelo menos sessenta anos. No entanto, é importante ressaltar que a localidade, ainda que jovem, não foi criada em função do café, e antes da chegada da rubiácea tinha atividades econômicas que permitiram a geração e um certo acúmulo de riqueza. Dentre as diversas atividades existentes, destaca-se, em caráter mais comercial, a criação de gado. É no final da década de 1870 que a localidade de Ribeirão Preto começa a ser identificada com a cultura cafeeira e tem início a grande migração em busca das férteis terras da região. A partir daí, a cultura se alastra rapidamente, ocupando as terras altas, absorvendo primeiro a mão-de-obra cativa e depois a imigrante, estimulando o crescimento do núcleo urbano e de todas as atividades necessárias à manutenção do complexo cafeeiro, transformando uma pequena vila, de criação recente, em uma das maiores produtoras de café do país.

¹⁸ Médias calculadas considerando-se apenas os inventários em que encontramos terras cuja descrição incluía o tamanho da área avaliada. Normalmente, a unidade utilizada era o alqueire.

¹⁹ Inventário de João Bento Ferreira Lopes (1877). AFRP, Segundo Ofício, caixa, 3a. Inventário de Maria Cândida de Jesus (1875). AFRP, Primeiro Ofício, caixa 1.

Fontes Primárias

- Almanak da Província de São Paulo. São Paulo: Luné e Fonseca, 1873.
- Almanach do Estado de São Paulo. São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1890.
- Almanach Illustrado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia, 1914, não pag.
- Câmara, Administração e Patrimônio: Termo de doação de terras, 1885.
- Impressões do Brasil no Século Vinte. Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd. 1913.
- Listas de Qualificação de Votantes de São Simão, de 1847 a 1891, lata 5933.
- Listas de Qualificação de Votantes de Ribeirão Preto, de 1873 a 1900, lata 5887.
- Listas de Qualificação de Votantes de São Simão, de 1847 a 1891, lata 5933.
- Listas de Qualificação de Votantes de Ribeirão Preto, de 1873 a 1900, lata 5887.
- Processos de Inventário *Post-Mortem* dos Primeiro e Segundo Officios de Ribeirão Preto, de 1856 a 1900.
- Processos de Inventário *Post-Mortem* dos Primeiro e Segundo Officios de São Simão, de 1849 a 1900.

Referências Bibliográficas

- ALCÂNTARA MACHADO, José de. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943. 2ª ed.
- COSTA, J. E. da. *Álbum comemorativo do 1º Centenário da Fundação da cidade de Ribeirão Preto*. São Paulo: Schmidt, 1956.
- MARCONDES, Renato Leite. *A propriedade escrava no vale do Paraíba paulista durante a década de 1870*. Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Salvador (BA), dezembro de 2001. (CD-ROM)
- MARTINS, Roberto V. *Fazendas de São Simão*. Meados do século XIX. Pontal, 1998. (mimeo)
- MATOS, Odilon N. de. *Café e Ferrovias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café*. São Paulo: s. n., 1938.
- MIRANDA, José Pedro de. *Ribeirão Preto de ontem e de hoje*. Ribeirão Preto: El Dorado, 1971.
- SANTOS, P. T. dos. *Ribeirão Preto: histórico e para história*. Ribeirão Preto, 1948.
- TAUNAY, A. D'Esgragnolle. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. 14 v., v.3. No Brasil Imperial 1822-1875, tomo I; v.5. No Brasil Imperial 1822-1872 tomo III; v.7. No Brasil Imperial 1872-1889, tomo V; v.8. No Brasil Imperial 1875-1889, tomo VI; v.10. No Brasil República 1889-1906, tomo II; v.12. No Brasil República 1906-1927, tomo II; v.13. No Brasil República 1927-1937, tomo I;

Anexo A
Os Inventariados e suas Atividades Características

Número	Ano	Inventariado	Atividade Característica
1	1870	Emerenciano Alves da Silva	Lavoura e criação
2	1870	Francisco Maximiano de Souza Junqueira	Lavoura e criação
3	1870	Joaquim Martins Borrvalho	Lavoura
4	1870	Jose Thomaz de Aquino	Lavoura e criação
5	1870	Eufruzina Maria dos Reis	Lavoura e criação
6	1870	Jose Antonio de Mello	Lavoura
7	1871	Manoel Borges de Oliveira	Lavoura
8	1871	Maria Carmo de Jesus	Lavoura
9	1871	Maria Francisca Nascimento	Lavoura e criação
10	1871	Rita Maria de Jesus	Lavoura
11	1871	Vicente Jose de Souza	Lavoura
12	1871	Manoel Bezerra dos Reis	Lavoura e criação
13	1871	Joaquim Antonio da Silva	Lavoura
14	1872	Agostinho Evangelista de Oliveira	Lavoura e criação
15	1872	Casimiro Jose da Silva	Lavoura
16	1872	Emerenciano Alves da Cunha	Lavoura e criação
17	1872	Maria Candida de Oliveira	Lavoura
18	1872	Francisco Antonio Nogueira	Lavoura
19	1872	Manoel José da Silva	Lavoura
20	1872	Vitalina Isoldina de Jesus	Lavoura e criação
21	1872	Luis Baptista de Almeida	Lavoura e criação
22	1872	Joaquim Jose de Lima	Lavoura
23	1873	Maria Theodora dos Reis	Lavoura e criação
24	1873	Micias Maria de Nazareth	Lavoura
25	1873	Policena Maria de Jesus	Lavoura
26	1873	Thereza Maria do Carmo	Lavoura e criação
27	1873	Manoel Luiz Calvim	Vivia de rendas
28	1873	Antonia Maria de Nazareth	Negócio
29	1873	Manoel Luiz Ferreira e Maria Candida da Luz	Lavoura e criação
30	1874	Manoel Nogueira Terra	Lavoura
31	1874	Joaquim Simão da Costa e Vitoria Maria de Jesus	Lavoura e criação
32	1874	Ladislau Maciel de Pontes	Lavoura e criação
33	1874	Manoel Antonio da Luz e Joaquina Barbosa do Prado	Lavoura
34	1874	Zacharias Antonio de Lima	Lavoura
35	1874	Francisco Theodoro Pereira	Lavoura
36	1874	Tristão Izaías Vieira	Ofício lavoura
37	1875	Maria Candida de Jesus	Lavoura e criação
38	1875	Manoel Jacintho Baptista	Lavoura e criação
39	1875	Maria Antonia de Souza	Lavoura
40	1875	Matheus dos Reis Araújo	Lavoura
41	1875	Ana Barbosa de Souza	Lavoura e criação
42	1875	Jeronimo Dias do Patrocínio	Lavoura
43	1875	Gabriel de Souza Diniz Junqueira	Lavoura e criação
44	1875	Theodolina Francisca do Nascimento	Lavoura
45	1875	Domingos José Villasboas	Lavoura
46	1875	Domingos Jose de Oliveira	Lavoura e criação
47	1875	Cyrino Alves Ferreira	Lavoura e criação
48	1875	Anna Roza Pereira de Carvalho	Não identificada
49	1875	João Jose Barreiros	Lavoura
50	1875	Emerenciana Theodora da Silva	Lavoura e criação
51	1875	Prudencia Maria Theodora	Lavoura e criação

(continua)

(continuação)

Número	Ano	Inventariado	Atividade Característica
52	1876	Maria Joanna de Tal mulher de Gabriel Moreira da Silva	Lavoura
53	1876	Joaquim Garcia dos Reis	Negócio
54	1876	Manoel Ferreira da Silva	Lavoura e criação
55	1876	Joaquim Francisco de Salles	Lavoura
56	1876	Maria Roza Freire	Lavoura
57	1876	Isidorio Garcia Vieira	Lavoura
58	1876	Francelina Candida de Jesus	Lavoura e criação
59	1876	Thome Antonio de Medeiros	Lavoura
60	1876	Maria Urçula da Silva	Lavoura
61	1876	Constancia Ignez Barboza	Lavoura
62	1876	Maria Justina de Jesus	Lavoura
63	1876	Maria Zumira de Andrade	Criação
64	1876	Inocencia Claudina de Jesus	Não identificada
65	1876	Marianna Clara do Espirito Santo	Lavoura
66	1876	Jacinto José de Souza	Negócio lavoura e criação
67	1877	João Antonio da Silva Roza	Lavoura
68	1877	José Alves da Silva	Negócio
69	1877	Antonio Joaquim de Abreu Peixoto	Negócio
70	1877	Maria Joaquina de Lima	Lavoura
71	1877	Manoel Antonio da Silva	Lavoura
72	1877	Joaquim Antonio da Rocha	Lavoura
73	1877	João Bento Ferreira Lopes	Negócio
74	1877	Maria Theodora de São José	Lavoura e criação
75	1877	Maria Felícia da Silva	Negócio lavoura e criação
76	1878	Jose Joaquim de Sant'Anna	Lavoura
77	1878	Francisco Dias do Patrocínio	Lavoura
78	1878	Manoel Quintino Pedrozo	Lavoura
79	1878	Ignacia Maria de Ramos	Lavoura e criação
80	1878	Antonio da Silva Lemes	Lavoura
81	1878	Maria das Dores da Conceição	Lavoura e criação
82	1878	Generozo Luis de Pontes	Lavoura e criação
83	1878	Claudino Paz de Toledo	Lavoura
84	1878	Matildes Martins de Arruda	Criação
85	1878	Maria Alexandrina de Jesus	Lavoura
86	1878	Manoel Francisco de Oliveira	Lavoura
87	1878	Joaquim Carneiro da Silva Braga	Negócio
88	1878	Policena Marcolina da Silva	Ofício
89	1878	Liberata Victoria de Souza	Lavoura
90	1878	Antonio Maciel de Pontes	Negócio e criação
91	1878	Gabriel Ferreira de Freitas	Lavoura e criação
92	1878	Anna Gabriela Nogueira	Lavoura
93	1878	Jose da Cunha de Carvalho	Lavoura e criação
94	1878	Maria Rita da Conceição	Lavoura
95	1878	Maria Roza do Carmo	Lavoura e criação
96	1878	Ritta Delfina de Toledo	Lavoura
97	1878	Lionelia do Carmo Pimentel	Lavoura
98	1878	Anna Ozorio Diniz Junqueira	Não identificada
99	1878	Jeronymo Alves da Silva	Criação
100	1878	Adriana Antonia da Silva	Lavoura e criação
101	1879	Antonio Lanciere	Não identificada
102	1879	Domingos José de Souza	Não identificada